

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, CNPJ 05.790.065.0001-00, está situado na Av. Gov. Agamenon Magalhães, nº 1.160, Derby, Recife – Pernambuco é um órgão do Poder Judiciário Nacional, faz parte de uma justiça especializada, qual seja a Justiça Eleitoral, cuja principal atividade é a execução do processo eleitoral.

A Unidade Gestora no SIAFI, e única executora, é a de número 070010.

O Tribunal Regional Eleitoral em Pernambuco conta com duas unidades de contabilidade na sua estrutura, ambas subordinadas à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade: A Seção de Contabilidade Sintética e Analítica – Secont e o Núcleo de análise e Conformidade Contábil – NUAC, cada um com dois servidores em sua estrutura.

O NUAC – Núcleo de Análise e Conformidade Contábil exerce o papel de Setorial Contábil do TRE-PE e é responsável pelo acompanhamento e orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial da UG, com o objetivo de garantir fidedignidade, transparência e adequação às normas contábeis vigentes.

Para o desempenho de suas atividades, o NUAC conta com dois servidores no seu quadro, quais sejam, a contadora responsável, que atua como titular e seu substituto.

No rol das atribuições do Núcleo, incluem-se:

1. Acompanhar a execução contábil efetuada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – pela Unidade Executora e registrar a conformidade contábil;
2. Efetuar a análise e conciliação das contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis, especialmente dos saldos mensais de bens móveis e almoxarifado, propondo medidas saneadoras quando for o caso;
3. Realizar ajustes contábeis quando necessários de classificação contábil nos casos de registro privativo de setorial, principalmente nos procedimentos contábeis para encerramento e abertura do exercício financeiro, a fim de preservar a integralidade da informação contábil;
4. Realizar atividades de acompanhamento da legislação na área contábil, inclusive o Manual SIAFI, a fim de prestar assistência e orientação na aplicação de normas e técnicas contábeis, às demais unidades;
5. Acompanhar e orientar as unidades da UG executora na regularização das ocorrências contábeis para que sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos, de forma a prevenir o aparecimento de novas inconsistências e manter a tempestividade da informação contábil.

Todos os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial são executados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que é o sistema do governo federal. Esses registros são objeto de análise pela Seção de Conformidades – Secconf com base em relatório gerado pelo sistema. A análise se baseia no confronto do documento de origem, juntados aos respectivos processos SEI, a sua validade e adequação às normas e o respectivo registro de forma adequada no Siafi, emitindo-se documento de análise juntado ao processo e registrada a conformidade de registro de gestão no sistema. Esse registro é objeto de acompanhamento e análise, servindo também de base para a conformidade contábil do órgão.

Quanto à Conformidade Contábil, durante o exercício, as inconsistências mais relevantes, que foram objeto de ressalva no registro da conformidade contábil, ocorreram no mês de novembro e foram elencadas no relatório de inconsistências encaminhado à Setorial Contábil do Órgão – TSE e se referem à divergências entre o sistema ASIweb e SIAFI.

A conformidade contábil tem ainda como base os Princípios e Normas Contábeis Aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, o Manual SIAFI, bem como outros instrumentos relatórios obtidos no Tesouro Gerencial que subsidiam o referido processo de análise e acompanhamento dos mencionados registros.

A conformidade contábil mensal, realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, especialmente o capítulo 020315 – Conformidade Contábil consiste na certificação desses demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Além do registro no SIAFI, o NUAC emite relatório mensal, encaminhado ao Gestor Financeiro e ao Diretor Geral

(ordenador de despesa por delegação de competência), acerca das inconsistências verificadas para saneamento, ainda que não sejam objeto de ressalva naquele momento.

E de modo geral, os demonstrativos analisados no decurso de 2022 fornecem dados necessários e importantes para a análise da gestão dos recursos e evidencia a realidade do patrimônio público gerido pela Unidade no período, fornecendo dados relevantes, comparáveis e fidedignos.

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam a Lei 4.320/64, a Lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual SIAFI, geradas por meio da transação CONDEMCON no Siafi.

As demonstrações contábeis e notas explicativas do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco estão disponíveis no portal do TRE.

São demonstrações obrigatórias do Órgão – unidade executora TRE-PE:

1. Balanco Patrimonial – evidencia a situação patrimonial da entidade pública (ativos e passivos da unidade) por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.
2. Balanco Orcamentario – apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. É composto por Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.
3. Balanco Financeiro - evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
4. Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Identificando as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Declaração da Contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Orcamentario, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022 estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual Siafi.

Recife/PE, 23 de fevereiro de 2023

Edna Moura de Almeida – CRC/PE 14.638
Contadora Responsável

Principais Políticas Contábeis na Justiça Eleitoral

A moeda Funcional utilizada para registro nos sistemas e evidenciação nos demonstrativos é o Real.

A conta Caixa e Equivalentes se refere ao ativo financeiro de curto prazo, de elevada liquidez, como os numerários em espécie, depósitos bancários e equivalentes de caixa, composta principalmente pelo saldo da conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que apresenta as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual e de recursos de restos a pagar.

Depósitos Restituíveis são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Demais créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente relacionados com adiantamentos, valores a compensar, transferências concedidas entre outros e são mensurados pelo valor de custo, acrescidos das atualizações monetária, quando for o caso.

A conta de estoques compreende o valor dos bens adquiridos, em almoxarifado, com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação das entradas é o valor de custo e saídas é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº4.320/1964.

O Ativo Realizável a Longo Prazo compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com créditos não tributários, dívida ativa e estoques, cujos valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Gastos posteriores à aquisição que aumentem a vida útil e gerem benefícios econômicos futuros também são incorporados ao valor do imobilizado.

O Intangível é um ativo que possui valor econômico, mas não tem existência física, ou seja, é monetário identificável, sem substância física ou incorpóreo destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São mensurados com base no valor de custo de aquisição ou produção, deduzidos o saldo da amortização acumulada, nos casos de vida útil definida.

A base de cálculo para a Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis é o valor dos custos do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes para os imóveis o cálculo é detalhado na Nota Explicativa Específica de Imóveis, consoante a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e, em geral, é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso.

Os passivos circulantes e não circulantes são divididos em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimo e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, provisões e demais obrigações e são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos por encargos das variações monetárias e justos, quando aplicáveis.

Os Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Notas Explicativas - NE

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes se refere ao ativo financeiro de curto prazo, de elevada liquidez, como os numerários em espécie, depósitos bancários e equivalentes de caixa, composta principalmente pelo saldo da conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que apresenta as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual e de recursos de restos a pagar.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou variação monetária positiva de R\$ 1.358.984,41, em relação ao período anterior. O aumento pode ser justificado pelo recebimento de recursos para atender às eleições de 2022.

Tabela 1 – Saldo da Conta 111122001 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS

Conta Corrente [Fonte/vinculação]		DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Variação (%)
0100000000 400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	3.061.557,74	1.850.550,40	65,44%
0127000000 400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	492.003,67	172.966,50	184,45%
0150141170 400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	-	171.060,41	-100,00%
TOTAL		3.553.561,41	2.194.577,31	61,92%

Fonte: Siafi

Nota 2 – Demais créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente e totalizam R\$ 628.228,78. Desse total, o valor de R\$ 329.187,42 se trata de adiantamento concedidos a pessoal, referente à adiantamento de salário do mês de janeiro, concedido àqueles servidores que se estarão em férias no mês de janeiro, e será processado quando da folha de pagamento no mês de janeiro de 2023.

Nota 3 – Estoques

Estoques

Essa conta compreende o valor dos bens adquiridos com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº4.320/1964.

Assim, da composição do estoque de R\$ 1.804.169,52, em 2022, o maior saldo se refere a materiais de consumo de TIC que abrange os materiais considerados suprimentos de TIC, tais como: cartuchos de tinta, pen-drives, fitas de backup, discos ópticos, toners para impressora laser, bem como peças compradas para reposição como placas, teclados e mouses adquiridos para repor equipamento semelhante.

Tabela 2 – Composição do estoque

CONTA CORRENTE	Saldo Dez/2022 (R\$)	PERCENTUAL (%)
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	271.155,07	15,03%
17 - MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	594.524,17	32,95%
22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTO DE HIGIENIZACAO	258.931,08	14,35%
28 - MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	209.619,39	11,62%

DEMAIS MATERIAIS	469.939,81	26,05%
TOTAL ESTOQUES	1.804.169,52	100%

Fonte: Siafi

Nota 4 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Gastos posteriores à aquisição que aumentem a vida útil e gerem benefícios econômicos futuros também são incorporados ao valor do imobilizado.

Em 2022, foi constituída a Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis – COIMBI, por meio da Portaria 374/2022, realizado na totalidade das unidades administrativas deste Regional, cujo relatório foi apresentado antes do término do exercício, possibilitando uma análise mais específica quanto à necessidade ajustes materiais e relevantes dentro do exercício. As urnas eletrônicas foram excluídas do inventário por ser tratar de ano eleitoral, uma vez que a sua movimentação é intensa, o que impossibilitaria o seu levantamento físico.

O imobilizado apresentou saldo de R\$ 237.819.193,32, (Valores contábeis líquidos) em 31/12/2022 e está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

Tabela 3 – Composição do Imobilizado

Imobilizado	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Variação (%)
Bens Móveis	66.283.134,12	37.044.966,08	78,93%
(+) Valor Bruto Contábil	104.008.114,75	66.101.122,55	57,35%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-37.724.980,63	-29.056.156,47	29,83%
Bens Imóveis	171.536.059,20	164.074.398,87	4,55%
(+) Valor Bruto Contábil	171.567.869,94	166.819.269,11	2,85%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-31.810,74	-2.744.870,24	-98,84%
Total	237.819.193,32	201.119.364,95	18,25%

Fonte: Siafi

Nota 5 – Bens Móveis

Em 2022, os bens móveis totalizaram R\$ 66.283.134,12 (descontado o valor da depreciação acumulada), distribuído na tabela a seguir.

Verifica-se um acréscimo de R\$ 37.906.992,20 (valores contábeis brutos), que representa uma variação de aproximadamente 57,35%, decorrente em grande parte da aquisição de Urnas Eletrônicas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Dos Bens Móveis registrados na Justiça Eleitoral, 78,63% referem-se a Bens de Informática.

Tabela 4 – Composição dos Bens Móveis

Conta Contábil	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Variação (%)
123110101 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	218.265,79	207.050,11	5,42%
123110102 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	847.199,51	1.430.734,42	-40,79%
123110103 EQUIPAM/UTENSILIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	130.044,55	101.567,59	28,04%
123110105 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	549.364,45	532.794,55	3,11%

123110107	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	953.863,69	961.388,96	-0,78%
123110108	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	7.008,72	7.008,72	0%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	13.258,94	15.961,68	-16,93%
123110112	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	880,00	880,00	0%
123110120	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	3.110,00	3.110,00	0%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	63.182,35	61.025,97	3,53%
123110125	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	160.610,79	136.440,59	17,71%
123110201	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	81.778.122,58	46.618.897,80	75,42%
123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	2.773.871,29	2.821.881,99	-1,70%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	19.824,36	20.694,21	-4,20%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	6.835.492,28	6.642.769,87	2,90%
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	123.027,92	116.813,60	5,32%
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	307,70	307,70	0%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.347.198,12	1.322.748,61	1,85%
123110406	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	810,01	810,01	0%
123110501	VEICULOS EM GERAL	150.649,06	53.894,08	179,53%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	4.325.853,20	4.054.178,20	6,70%
123110801	= ESTOQUE INTERNO	136.169,20	137.404,09	-0,90%
123110805	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	3.027.073,13	0,00	-
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	65.670,43	0,00	-
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	477.256,68	852.759,80	-44,03%
Total		104.008.114,75	66.101.122,55	57,35%

Fonte: Siafi

Nota 6 – Bens Imóveis

Os Bens imóveis totalizaram R\$ 171.536.059,20, distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Em 2022, verifica-se uma pequena variação de R\$ 7.461.660,33 (4,55%) em relação ao ano de 2021, nos bens imóveis da unidade.

O referido grupo totaliza o saldo das contas contábeis: Obras em Andamento, Estudos e projetos, Instalações, Bens imóveis registrados no SPIUnet e Bens imóveis não registrados no SPIUnet.

Contribuíram para o acréscimo em questão as reavaliações dos imóveis registrados e não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUnet.

Não houve grande variação no saldo da referida conta. Ressaltamos que para alguns imóveis teve a reavaliação a maior e outros a menor. O valor mais significativo foi a reavaliação da Sede com um aumento de R\$ 6.186.489,84 (tabela 5). O imóvel de Camaragibe, após a reavaliação da SEENG, passou de R\$ 6.240.238,94 (somando a edificação e o terreno) para R\$ 6.830.636,77 (registrado no SIAFI na conta de terrenos (tabela 9).

Compõe, também, o saldo dos bens imóveis de R\$ 171.536.059,20, verifica-se o valor de R\$ 681.727,11 de saldo na conta 1.2.3.2.1.06.05 – Estudos e Projetos.

Bens Imóveis Registrados no SPIUnet:

Tabela 5 – Conta Contábil 123210101= Imóveis Residências/Comerciais

Conta Corrente	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Variação (%)
2401003375000 - Custódia	260.910,16	310.232,40	-15,90%
2499000185006 - Palmares	4.144.813,31	4.369.658,89	-5,15%
2531000225005 - Rui Barbosa	11.151.657,64	10.425.218,94	6,97%
Total	15.557.381,11	15.105.110,23	2,99%

Fonte: Siafi

Tabela 6 – Conta Contábil: 123210102:= EDIFÍCIOS

Conta Corrente	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Variação (%)
2323000285004 - Arcoverde	2.935.933,66	3.059.945,79	-4,05%
2381000475005 - Caruaru	3.270.362,60	3.480.760,03	-6,04%
2419000415003 - Garanhuns	2.387.850,63	2.481.339,47	-3,77%
2435000145008 - Igarassu	3.879.767,23	4.158.518,91	-6,70%
2457000305006 - Jaboatão dos Guararapes	5.214.822,94	5.248.341,26	-0,64%
2497000035008 - Ouricuri	4.272.291,92	4.230.924,97	0,98%
2511000065003 - Paudalho	476.893,25	498.566,42	-4,35%
2531000215000 - Anexo Rui Barbosa	9.197.840,52	9.317.101,62	-1,28%
2531002355003 - Cinco Pontas	8.801.001,11	8.160.695,79	7,85%
2531008065007 - Sede	56.821.521,92	50.635.032,08	12,22%
2531008915000 - Praça do Entroncamento	15.243.888,89	15.201.297,03	0,28%
2537000115004 - Rio Formoso	902.119,47	894.424,84	0,86%
2543000535008 - Salgueiro	3.083.889,92	3.256.527,21	-5,30%
2577002565006 - Serra Talhada	4.707.830,49	4.185.231,11	12,49%
2589000125002 - Surubim	1.853.653,71	1.918.163,44	-3,36%
Total	123.049.668,26	116.726.869,97	5,42%

Fonte: Siafi

Tabela 7 – Conta Contábil: 123210103:= TERRENOS/GLEBAS

Conta Corrente	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Variação (%)
2629001225003 - Camaragibe	6.830.636,77	0,00	-
Total	6.830.636,77	0,00	-

Fonte: Siafi

Atendendo ao Despacho nº 5525/2022/SEAUC (1750819), conforme sugestão do TSE (1753016), discriminamos os valores dos terrenos e das edificações que compõem o saldo das contas dos imóveis registrados no SPIUnet, uma vez que embora os valores sejam discriminados no SPIUnet, no registro automático no SIAFI não houve a contabilização separadamente, conforme estabelece o item 74 da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado:

Tabela 8 – Conta Contábil: 123210101 – IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS

RIP/Imóvel	Valor do Terreno (R\$)	Valor da benfeitoria (R\$)	Saldo SIAFI (31/12/2022) (R\$)
2401003375000 - Custódia	16.337,82	244.572,34	260.910,16
2499000185006 - Palmares	591.250,00	3.553.563,31	4.144.813,31
2531000225005 - Rui Barbosa	7.399.086,97	3.752.570,67	11.151.657,64

Total	8.006.674,79	7.550.706,32	15.557.381,11
--------------	---------------------	---------------------	----------------------

Fonte: SPIUnet e Siafi

Tabela 9 – Conta Contábil: 123210102 – EDIFÍCIOS

RIP/Imóvel	Valor do Terreno (R\$)	Valor da benfeitoria (R\$)	Saldo SIAFI (31/12/2022) (R\$)
2323000285004 - Arcoverde	720.979,56	2.214.954,10	2.935.933,66
2381000475005 - Caruaru	974.195,95	2.296.166,65	3.270.362,60
2419000415003 - Garanhuns	647.763,40	1.740.087,23	2.387.850,63
2435000145008 - Igarassu	510.760,53	3.369.006,70	3.879.767,23
2457000305006 - Jaboatão dos Guararapes	2.681.654,80	2.533.168,14	5.214.822,94
2497000035008 - Ouricuri	270.491,76	4.001.800,16	4.272.291,92
2511000065003 - Paudalho	53.167,26	423.725,99	476.893,25
2531000215000 - Anexo Rui Barbosa	5.794.225,50	3.403.615,02	9.197.840,52
2531002355003 - Cinco Pontas	5.969.709,20	2.831.291,91	8.801.001,11
2531008065007 - Sede	27.690.058,25	29.131.463,67	56.821.521,92
2531008915000 - Praça do Entroncamento	11.843.392,37	3.400.496,52	15.243.888,89
2537000115004 - Rio Formoso	53.321,60	848.797,87	902.119,47
2543000535008 - Salgueiro	300.456,00	2.783.433,92	3.083.889,92
2577002565006 - Serra Talhada	1.841.492,30	2.866.338,19	4.707.830,49
2589000125002 - Surubim	613.504,50	1.240.149,21	1.853.653,71
Total	59.965.172,98	63.084.495,28	123.049.668,26

Fonte: SPIUnet e Siafi

Tabela 10 – Conta Contábil: 123210103 – TERRENOS/GLEBAS

RIP/Imóvel	Valor do Terreno (R\$)	Valor da benfeitoria (R\$)	Saldo SIAFI (31/12/2022) (R\$)
2629001225003 - Camaragibe	5.820.078,00	1.010.558,77	6.830.636,77
Total	5.820.078,00	1.010.558,77	6.830.636,77

Fonte: SPIUnet e Siafi

Bens De Uso Especial Não Registrados SPIUnet

Estes imóveis se encontram pendentes de registros em cartório e/ou no serviço de patrimônio da União, e os principais valores se referem ao Fórum Eleitoral de Petrolina e aos edifícios do Fórum Eleitoral de Limoeiro.

Em 2022, o terreno do imóvel que abriga o Fórum Eleitoral de Camaragibe foi registrado no SPIUnet, passando a compor o saldo daquela conta, por isso a variação de 100%, que foi a maior variação ocorrida na conta abaixo relacionada.

Tabela 11 – Conta Contábil: 123210202:= EDIFÍCIOS

Conta corrente	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Varição (%)
IMAFOGADO - CONSTRUCAO DO FORUM ELEITORAL DE AFOGADOS.	3.501.014,73	3.437.712,79	1,84%
IMCABO001 - FORUM ELEITORAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	1.622.197,15	1.681.244,37	-3,51%
IMCAMARAG - FORUM ELEITORAL CAMARAGIBE	0,00	705.808,94	-100,00%
IMCARP001 - FORUM ELEITORAL CARPINA	1.498.005,91	1.607.692,44	-6,82%
IMLIMOEIR - FORUM ELEITORAL LIMOEIRO	6.540.356,49	5.877.918,23	11,27%
IMPET0008 - FORUM ELEITORAL PETROLANDIA	1.990.587,31	1.925.756,71	3,37%
IMPETR013 - FORUM ELEITORAL PETROLINA	4.459.995,05	4.769.764,47	-6,49%

Total	19.612.156,64	20.005.897,95	-1,97%
--------------	----------------------	----------------------	---------------

Fonte: Siafi

Tabela 12 – Conta Contábil: 123210203:= TERRENOS/GLEBAS

Conta Corrente	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Varição (%)
IMAFOGADO - CONSTRUÇÃO DO FORUM ELEITORAL DE AFOGADOS	477.375,00	390.904,15	22,12%
IMCABO001 - FORUM ELEITORAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	346.860,00	312.259,12	11,08%
IMCAMARAG - FORUM ELEITORAL CAMARAGIBE	0,00	5.534.430,00	-100,00%
IMLIMOEIR - FORUM ELEITORAL LIMOEIRO	776.057,05	753.643,85	2,97%
IMPETR013 - FORUM ELEITORAL PETROLINA	4.236.008,00	4.349.811,20	-2,62%
Total	5.836.300,05	11.341.048,32	-48,54%

Fonte: Siafi

Nota 7 – Depreciação

A conta Depreciação Acumulada indica quanto do valor de um ativo foi “utilizado” ao longo do tempo, seja com o desgaste pelo uso, a obsolescência e a ação da natureza, situações em que os ativos vão perdendo valor. Essa perda de valor é apropriada pela contabilidade, periodicamente, até que esse ativo atinja o valor residual. A depreciação se inicia quando o ativo está disponível para uso, ou seja, na forma pretendida pela Administração e cessa quando o ativo é baixado.

A depreciação de bens na Justiça Eleitoral é realizada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), e de acordo com as orientações contidas na Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – do Manual Siafi da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Orientação SOF-TSE nº 01/2010.

A depreciação de bens móveis, cujo critério utilizado é o das cotas constantes, qual seja, a divisão do valor depreciável pelo tempo de vida útil do respectivo bem imobilizado, foi lançada mensalmente, pela Seção de Patrimônio da UG com base nos relatórios gerados pelo sistema de controle patrimonial e registra um aumento de R\$ 8.668.824,16.

Por outro lado, a depreciação de bens imóveis registrados no SPIUnet é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU e lançada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN com base nos valores disponibilizados pela SPU, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

Em 2022, a depreciação acumulada dos bens imóveis sofreu um ajuste contabilizado pela CCONT/STN em junho de 2022, conforme conciliação entre a planilha encaminhada pela SPU e sistema SIAFI que resultou em uma baixa percentual de 98,84% em relação a dezembro de 2021.

O TRE-PE também possui imóveis que ainda não foram registrados no Sistema Spiunet e que foram lançados no SIAFI desde o exercício de 2021, atendendo solicitação da Secretaria de Auditoria deste Regional.

Para o cálculo da depreciação desses bens imóveis não registrados no SPIUnet foi adotado o método de Ross-Heidecke que leva em consideração a idade do imóvel em percentual de duração, de par com seu estado de conservação, conforme quadro resumo apresentado pelo engenheiro responsável pela reavaliação e consequente cálculo da depreciação.

As reavaliações e correspondente depreciação deste Regional foram lançadas com base em planilha específica de resumo de laudo emitido pelo engenheiro técnico responsável, conforme Processo SEI nº 0030563-84.2022.6.17.8000, valores calculados até setembro/2022.

Nota 8 – Intangível

É um ativo que possui valor econômico, mas não tem existência física, ou seja, é monetário identificável, sem substância física ou incorpóreo destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O critério de mensuração dos softwares produzidos internamente tem como base principal o registro de atividades e horas trabalhadas pela equipe no desenvolvimento desses, cujos valores são obtidos no sistema de gerenciamento de Recursos Humanos, a partir das marcações ajustadas no fechamento da frequência de cada servidor ou estagiário integrante do projeto, e as memórias de cálculos detalhadas são anexadas ao processo próprio que trata do registro do bem.

O ativo intangível do TRE-PE é composto integralmente de Software, cujo saldo apresentado no balanço foi de R\$11.047.118,50, assim distribuídos:

Tabela 13 – Softwares

Conta Contábil	Saldo (R\$)	Percentual (%)
124110100 – Softwares com vida útil definida	570.076,98	4,66%
124110200 – Softwares com vida útil indefinida	11.656.302,44	95,34%
Total	12.226.379,42	100,00%

Fonte: Siafi

Nota 9 – Amortização

É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da vida útil dele. O método de amortização utilizado é o das quotas constantes. A amortização para cada período foi reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo. O método de amortização utilizado foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado de forma uniforme durante esse período e calculado pelo sistema auxiliar de registro de bens ASIweb – Módulo Patrimônio.

Tabela 14 – Amortização

Conta	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Varição (%)
124810100 – Amortização Acumulada - Contas 1241101XX	359.358,29	183.280,74	96,07%

Fonte: Siafi

A variação se encontra compatível com a variação anual da amortização, se deve a implantação dos procedimentos contábeis referentes aos registros dos intangíveis, iniciada em 2020, e se refere integralmente a softwares adquiridos.

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Essa conta encerrou com o saldo de R\$ 3.130.514,32, que se refere integralmente a Férias a Pagar, decorrente do registro do passivo por competência, apropriado de acordo com o Sistema Folha de Pagamento (SGRH) do TRE-PE consoante Acórdão-TCU nº 1.322/2018 e foram realizados de acordo com a Orientação-SOF/TSE nº 10/2018 e Manual Siafi, Código 021142 – Folha de Pagamento.

Nota 11 – Fornecedores

Em 31/12/2022, O TRE-PE apresentou um saldo em aberto de R\$ 196.190,24 referente a fornecedores e contas a pagar, sendo todo esse valor relativo a obrigações a curto prazo e se refere principalmente aos valores dos imóveis locados a serem pagos na primeira quinzena de janeiro de 2023 e os valores referentes ao pagamento da alimentação dos mesários, cujas ordens bancárias foram canceladas em razão de erro no domicílio bancário, a serem pagos no exercício subsequente.

Tabela 15 – Composição

Fornecedores e Contas a pagar	Saldo (R\$)
Locação de imóveis (RPNP em liquidação)	72.383,24
Alimentação de mesários (credor UG 070010) – RPNP em liquidação	96.605,00
Capacitação de servidores (curso)	15.840,00
Demais contas a pagar	11.362,00
TOTAL	196.190,24

Fonte: Siafi

Nota 12 – Demais Reservas

A variação corresponde integralmente a reavaliação dos imóveis não registrados no SPIUnet, ou seja, imóveis se encontram pendentes de registros em cartório e/ou no serviço de patrimônio da União, conforme Nota 4.

Tabela 16 – Conta 236110100 - REAVLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Conta corrente	DEZ/2022 (R\$)	DEZ/2021 (R\$)	Varição (%)
123210202 [EDIFICIOS]	12.654.789,17	11.250.397,04	12,48%
123210203 [TERRENOS/GLEBAS]	177.914,93	34.430,00	416,74%
TOTAL	12.832.704,10	11.284.827,04	13,72%

Fonte: Siafi

No exercício 2021, o controle por conta contábil 236110100 – Reavaliação de Bens Imóveis era feito por meio de IG de individualização de imóveis, por conta corrente, e foi alterado no exercício 2022 para a conta contábil de referência (conta de bens imóveis). Assim, em 2022, por meio do documento 2022NL000002, foi realizado o ajuste solicitado por meio da mensagem SIAFI Nº 2022/0195527 da STN/CCONT/GESIS.

Nota 13 – Resultado do Exercício

O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais e evidencia o desempenho das entidades do setor público. Para o aumento desse resultado, contribuiu, principalmente o ganho com a incorporação de ativos decorrente de urnas eletrônicas.

Na VPA- Variações Patrimoniais Aumentativas, houve aumento dos sub-repasses e transferência para pagamento de RP no valor de R\$ 51.887.635,99 (17,29%), relacionado à eleição; outro aumento relevante foi do ganho com a incorporação de Ativos no valor de R\$ 38.815.083,15 (19.264,27%), na maior parte decorrente das urnas 2020 recebidas do TSE. Ainda, em “Outras Transferências e Delegações Recebidas” houve um aumento de R\$ 3.759.354,41 (63,64%), composto pelo terreno de Camaragibe e urnas mais antigas recebidas de outros Tribunais Regionais Eleitorais.

O acréscimo da reavaliação dos imóveis foi menor que o do exercício de 2021, com uma redução de R\$ 1.940.403,04 (19,09%).

Na VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas, houve um acréscimo relacionado às eleições, destacando-se a Remuneração a Pessoal, no total de R\$ 16.792.360,67 (9,72%) e Serviços no valor de R\$ 22.582.745,35 (101,86%)

O acréscimo da VPA no total de R\$ 93.059.363,95 (29,15%) foi maior que o da VPD no valor de R\$ 67.259.102,64 (22,03%) aumentando o resultado do período em 185,78%. (R\$ 25.800.261,31).

Compõe, também, o saldo da referida conta o valor de R\$ 16.625.304,07, referente à reclassificação feita pelo processamento automático do saldo da conta 237110300 - Ajuste de Exercícios Anteriores para a

conta 23711020 - Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores, registrado em janeiro/2022, por meio do documento 2022NS000356.

Nota 14 – Ajustes de Exercícios anteriores

A variação negativa de 111,79% no saldo de R\$ 16.614.450,25 para R\$ 1.958.886,93 é decorrente principalmente do ajuste na depreciação acumulada dos imóveis registrados no SPIUnet, efetuado pela STN (2022NL017629 e 2022NL017630), bem como do ajuste da depreciação acumulada das urnas eletrônicas modelos 2013 e 2015, conforme quadro resumo abaixo:

Tabela – 17

Motivo	Valor (R\$)
Ajuste na depreciação acumulada dos imóveis registrados no SPIUnet (STN)	2.743.423,90
Ajuste na depreciação acumulada das urnas eletrônicas	(4.312.783,90)
Demais Ajustes	(389.526,93)
Total	(1.958.886,93)

Fonte: Siafi

Nota 15 – Obrigações Contratuais

No quadro de compensações do balanço patrimonial, o total de R\$ 26.524.010,84 corresponde aos contratos de seguro, aluguéis, serviços e fornecimento de bens referentes às atividades da unidade, conforme tabela a seguir:

Tabela – 18

Conta Contábil	Saldo (R\$)
812310101 CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUCAO	18.143,16
812310201 CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUCAO	17.499.950,51
812310301 CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUCAO	4.328.471,26
812310401 CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	4.677.445,91
Total	26.524.010,84

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

Nota 16 – Restos a Pagar

Do saldo inscrito em Restos a Pagar a Liquidar (R\$ 10.767.382,58), cerca de R\$ 4.781.179,57 (44,4%) se refere à previsão de pagamento de horas extras aos servidores, incluídas as contribuições previdenciárias. Também compõem estes valores as contratações de serviços diversos, decorrentes das operações da Unidade Gestora, como por exemplo, aquisição de equipamentos de TIC, de segurança de rede tipo appliance, no valor de R\$ 2.180.000,00.